

CONTABILIDADE AMBIENTAL GERENCIAL: desenvolvimento responsável e sustentável das empresas

JULIANA CARDOSO DE OLIVEIRA*

ORIENTADORA: LUCIANA SILVA MORAES*

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso demonstrou que a sociedade ainda não se conscientizou em mudar os hábitos e o comportamento para a preservação do meio ambiente, porém, há alguns anos, tem se aumentado consideravelmente as discussões acerca das questões ambientais, preocupados cada vez mais com a exploração indiscriminada dos recursos naturais, preferindo produtos que não causem danos ou menor impacto ao meio ambiente. Os relatórios fornecidos pela contabilidade ambiental, tal como o balanço social, e juntamente com o sistema de gestão ambiental adequado, auxiliamos gestores a tomarem decisões benéficas a organização, sendo assim, considerando as questões ambientais de forma estratégica, mudando suas concepções, passando a ver os custos ambientais como investimentos, tornando-a mais competitiva. Não só a contabilidade ambiental, mais também a utilização de um sistema de gestão ambiental resultará no desenvolvimento sustentável, otimizando o uso racional dos recursos naturais, garantindo o bem-estar das gerações futuras, com responsabilidade social, moral e ética.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Contabilidade Ambiental; e Gestão ambiental.

*Juliana Cardoso de Oliveira- 8º Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade São Francisco de Barreiras. E-mail: julianacardoso@alunos.fasb.edu.br.

*Orientadora Luciana Silva Moraes – Bacharel em Ciências Contábeis, Mestre em Gestão Ambiental, professora e pesquisadora da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

ABSTRACT

This course conclusion work demonstrated that society still not conscious of changing habits and behavior to environmental preservation, but several years ago, has grown considerably discussions about environmental issues, increasingly concerned with the indiscriminate exploitation of natural resources, preferring products that do not cause damage or lesser impact on the environment. The reports provided by environmental accounting, such as the social balance, and coupled with the environmental management system suitable to help managers make decisions beneficial to the organization, so considering environmental issues in a strategic way, changing his views, becoming see environmental costs as investments, making it more competitive. Not only environmental accounting, but also the use of an environmental management system will result in sustainable development, optimizing the use of natural resources, ensuring the welfare of future generations, social responsibility, morals and ethics.

Keywords: Environment, Environmental Accounting, and Environmental Management.

1 INTRODUÇÃO

A ameaça à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, a extinção das espécies da fauna e da flora, o aquecimento da temperatura devido à emissão de gases poluentes fizeram a questão ambiental ocupar um lugar de destaque no dia a dia das pessoas. Essa preocupação faz transparecer a necessidade de intervenção de um todo, e é aí que surge a oportunidade de nós contadores, formadores de opiniões, por em prática a teoria que rege a contabilidade Ambiental

A contabilidade do meio ambiente cresceu em grande proporção para as empresas em geral, porque a disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais, tanto nas empresas privadas quanto nas estatais, a cobrança é a mesma. Uma política ambientalmente responsável é uma valiosa ferramenta para construir uma boa imagem no mercado globalizado de hoje, uma arma para o sucesso da empresa. As empresas socialmente responsáveis geram valores para quem está próximo. E, acima de tudo, conquistarão resultados melhores para si. A responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas, é uma questão de visão, de estratégia e, muitas vezes de sobrevivência.

A contabilidade ambiental veio para nos atentar para a importância da conservação e preservação do meio ambiente, que se constitui num todo e não por elementos isolados. Com relatórios e demonstrativos, será mais fácil apresentar a real situação da empresa para seus responsáveis e então, o contador que tem como objetivo informar, dizer com precisão, quais seriam os reais recursos para tornar possível o desenvolvimento ambiental como o mediador de uma idéia formada para melhorar a organização e também a sociedade.

A profissão contábil desempenha um papel fundamental na modernização e implementação da economia, isso porque hoje os contadores não se restringem a cuidar somente de contas, eles são conselheiros e, às vezes, confidentes das administrações de companhias, para que possam desenvolver especialmente a parte social das empresas. A contabilidade faz parte da estrutura gerencial das empresas e é relevante que as habilidades do contador para identificação da evolução da legislação ambiental, dos setores

econômicos potencialmente poluidores, dos impactos ambientais e da evolução de conceitos sobre ativos, passivos e gastos ambientais, sejam adquiridas ao longo da carreira do profissional contábil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

No início dos tempos a civilização buscou formas de evoluir, começando pela troca de objetos, alimentos, tecidos e etc., e diante da necessidade foi criada a moeda, ou seja, o dinheiro, e a venda foram iniciados, mas era importante ter o conhecimento dos lucros, os prejuízos, isto é, toda a movimentação precisou ser documentada. A história da contabilidade é tão antiga quanto a própria História da Civilização. Quanto mais o homem evoluía economicamente e em suas relações comerciais, mais dúvidas eles tinham acerca do que ganhavam, ou perdiam, sobre suas negociações e com quem negociava, a necessidade e relevância de documentar seu patrimônio se tornaram importante.

A Contabilidade teve seu início por volta de 6.000 (seis mil) anos a.C. dando origem a História antiga da contabilidade a qual era efetuada através de sinais feitos em paredes de cavernas e tabuletas de argila, como consequência de um levantamento físico feito nos bens, principalmente em rebanhos, sem avaliação monetária, pois ainda não existiam parâmetros para troca, ou seja, a moeda. Somente com o surgimento da escrita, moeda e aritmética os registros contábeis puderam ser registrados com a concepção de valor, sem indicação de contas e feitas em material menor e adequadas, o qual dava maiores condições de serem anotados e avaliados os componentes do patrimônio, tanto das pessoas físicas como das jurídicas, e naturalmente surgindo outros períodos na contabilidade. Constata-se que a partir as negociações comerciais se tornaram maiores, freqüentes e com mais pessoas, e que com isso surgiu um patrimônio grande para as partes envolvidas, viu-se a necessidade de documentar, registrar, controlar todos os movimentos, sendo prejuízos, lucros, surgindo assim à contabilidade.

2.2 CONTABILIDADE NO BRASIL

Com o descobrimento do Brasil, em 1500, o novo país começaria a escrever uma parte da história da contabilidade. Entretanto, é somente muitos anos depois, a partir de 1770, que surge a primeira regulamentação da profissão contábil em terras brasileiras, por meio do decreto imperial. É reconhecida oficialmente a Associação dos Guarda-Livros da Corte, considerada como a primeira profissão liberal regulamentada no país. Desde o início foram dados os primeiros passos rumo ao aperfeiçoamento da área. Na contadoria pública passou-se a somente admitir guarda-livros que tivessem cursado aulas de comércio. O exercício da profissão requeria um caráter multidisciplinar. Para ser guarda-livros era preciso ter conhecimento das línguas português e francês, perfeito caligrafia e, mais tarde, com a chegada da máquina de escrever, ser eficiente nas técnicas datilográficas.

Em 1931 vem a primeira grande vitória da classe contábil: é sancionado o decreto federal nº 20.158, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão. É criado o curso de contabilidade, que formava dois tipos de profissionais: os guarda-livros, que cursavam dois anos e perito-contadores, que cursavam três anos.

Depois do decreto citado acima, várias vitórias aconteceram. No ano seguinte é sancionado o decreto federal nº 21.033, estabelecendo novas condições para o registro de contadores e guarda-livros. Com esta lei, resolveu-se o problema dos profissionais da área que possuíam apenas o conhecimento empírico, prático, determinando as condições e prazos para o registro desses profissionais. A partir desse momento, o exercício da profissão contábil passou a estar ligada, à preparação escolar colocando a medida de que, quem desejasse abraçar a carreira teria primeiro, que estudar.

Dentre outras, esta vitória marcou a trajetória da profissão no Brasil, sendo bastante comemorada pelas lideranças da área na época. Com isso, multiplicaram-se as gestões para a criação do CFC, a exemplo do que já acontecia na engenharia e advocacia, até então as únicas de nível universitário regulamentadas no país. Os contabilistas brasileiros não perderam tempo. A imediata criação do Conselho Federal, logo após a edição do Decreto-Lei nº 9.295 demonstra a pressa que tinham para ver logo em funcionamento seu

órgão de classe. Mas, na verdade, a criação desse órgão já era tardia, quando começou a ser utilizado primeiro projeto de lei a respeito.

Instalado, o CFC já começou a atuar para cumprir a função para qual foi criado. Uma das primeiras providências do Conselho Federal foi criar as condições para a instalação e funcionamento dos Conselhos Regionais. Hoje, existe um Conselho de Contabilidade em cada unidade da Federação e no Distrito Federal. As primeiras ações dos Conselhos Regionais eram direcionadas ao registro de profissionais. Mas, pouco tempo depois, foram iniciadas as atividades de fiscalização, em alguns Conselhos mais intensificados que em outros, de acordo com as limitações de cada um.

2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A partir dos anos 70, a preocupação com o meio ambiente passou a ter repercussão na sociedade, com a visão de que o problema não poderia ser de responsabilidade localizada, mas de responsabilidade globalizada. A Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente foi realizada em Estocolmo em 1972, com repercussão internacional, e foi um passo na conscientização da sociedade mundial sobre os problemas ecológicos.

Os programas de educação ambiental que foram desenvolvidos pelos países deveriam conscientizar as crianças sobre a importância de cuidar do meio ambiente. Porém, só a conscientização não seria suficiente para ações efetivas. Assim, seria fundamental a disseminação de um conhecimento adequado da ciência ambiental. Conscientização e conhecimentos, juntos, poderiam realmente promover atitudes corretas e o desenvolvimento de habilidades específicas para a solução de problemas no futuro.

O grande desafio da educação ambiental foi, então, dividido em quatro tópicos:

- Conscientização;
- Sensibilização;
- Responsabilidade social e
- Desenvolvimento sustentável.

A Contabilidade Ambiental passou a ter status de “novo” no ramo da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do “Relatório financeiro e contábil sobre o passivo e custos ambientais”, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios.

O Balanço Ambiental tem por principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com o u sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda que, a qualquer tempo, possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

2.4 BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS EMPRESAS

A Responsabilidade Social nunca se esgota, pois sempre há algo a se fazer, sendo um processo educativo que evolui com o tempo. As empresas podem desenvolver projetos em diversas áreas, com diversos públicos e de diversas maneiras. A ética é a base da Responsabilidade Social e se expressa através dos princípios e valores adotados pela organização, sendo importante seguir uma linha de coerência entre ação e discurso.

Segundo Kroetz (apud ARAGÃO, 2010 p. 35), o objetivo do Balanço Social

É o de compreender a atuação social da entidade objetivando uma melhora contínua e não simplesmente transformá-lo em mais um serviço de divulgação. [...] é um instrumento de apoio à gestão, pelo qual se mostra a face interna e externa da organização, o que permite sua avaliação, sua análise e os ajustamentos necessários.

O BS é um demonstrativo elaborado por algumas empresas e publicado anualmente contendo informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e sua forma de interação com a comunidade e meio ambiente. Esse

demonstrativo é importante, pois o investidor tende a direcionar seus recursos em empresas preocupadas com a ética e a transparência. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

2.5 O OBJETIVO DO BALANÇO SOCIAL

O BS mensura a participação da empresa no processo de evolução social, mas, além disso, permite analisar sua atuação junto à sociedade, com seus pontos fortes e fracos de atuação. Vale destacar que somente a conscientização da situação real da empresa permitirá a busca da melhoria contínua. O BS é também instrumento essencial para as empresas que pretendem implantar um modelo de negócio baseado na sustentabilidade. No entanto, somente a transparência e a veracidade das informações contribuirão neste processo. O BS se revela como o principal relatório da Contabilidade Social, sendo a sua elaboração, divulgação e uso como instrumento de decisão, uma importante ferramenta para a conscientização, não só das empresas, mas da sociedade como um todo, da responsabilidade da empresa pelo desenvolvimento sustentável. Mas Embora já se tenha existência de leis transitando nas esferas federal, estadual e municipal, a apresentação do Balanço Social, no Brasil, de maneira geral, tem caráter facultativo. No entanto, é um assunto polêmico, uma vez que as opiniões se dividem entre a implantação ou não da obrigatoriedade.

É fato que a espontaneidade da publicação do BS reflete uma necessidade partida da própria empresa, o que é o ideal na difusão da idéia de responsabilidade social, bem como uma maior predisposição de participação dos envolvidos. A obrigatoriedade, embora tenha seu embasamento no direito dos usuários em conhecer a fundo as empresas, a que de certo modo estão ligados, não traz legitimidade ao processo, pois nada garante que serão verídicas as informações da realidade da empresa.

2.6 NBCT-15

O Conselho Federal de Contabilidade (2004) através da NBCT-15 deixa claro que: as informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizado para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas. No que se refere à revisão do relatório por terceiros, a NBCT-15 é a única norma que incentiva a análise do balanço social por auditores externos. A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica número 15 (NBCT-15) orienta aos profissionais contábeis como e o que informar nos relatórios sobre as informações de natureza socioambiental das organizações. Ainda, norteia as instituições a buscarem transparência nas suas práticas empresariais e a demonstrarem as informações de cunho negativo. Segundo ela, as informações de natureza socioambiental não devem se confundir com as notas explicativas, estas devem ser apresentadas como informações complementares às demonstrações contábeis e, para efeito comparativo, deverão conter as informações do exercício corrente e as do exercício anterior.

Sobre a capacidade de comparabilidade de uma demonstração contábil, Ferreira (2003) e Ludicibus *et al* (2010) comentam: para acontecer a comparabilidade das informações é de suma importância que as abordagens relatadas pela NBCT-15 sejam subordinadas e respeitem os princípios de contabilidade. Portanto, para haver a comparabilidade entre exercícios atuais e anteriores, as informações devem ser evidenciadas, mensuráveis, compreensivas, de fontes confiáveis e contínuas para que possam ser analisadas e comparadas entre si.

2.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Contabilidade Ambiental estuda o patrimônio ambiental das entidades, formado por bens, direitos e obrigações, ou seja, origens e aplicações de recursos. Os recursos financeiros aplicados à atividade da empresa são procedentes de fontes externas e internas. As fontes externas estão relacionadas com todas as obrigações assumidas pela empresa perante

terceiros, que estão representadas pelo passivo exigível. Já as fontes internas são aquelas oriundas do capital dos proprietários, ou seja, patrimônio líquido.

- NPA 11 Em 1996, o então Instituto Brasileiro de Contadores, (IBRACON, atual Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) votou e aprovou a Norma e Procedimentos de Auditoria nº 11 – Balanço e Ecologia - (NPA 11), com o objetivo de estabelecer os liames entre a Contabilidade e o meio ambiente, uma vez que como a demais ciência cabe-lhe também a incumbência de participar dos esforços em favor da proteção ao meio ambiente.
- A DRE, “Demonstração do Resultado do Exercício” tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses.
- DVA (Demonstração do Valor Adicionado) expressa a riqueza gerada pela empresa e como foi a sua distribuição entre os diversos elos que compõe a cadeia produtiva da empresa, tais como sócio, instituições financeiras, funcionários e governo. Enquanto a DRE procura determinar a parcela da riqueza (lucro) que cabe a empresa e seus acionistas, a DVA procura mensurar o total da riqueza criada e de que forma essa riqueza está distribuída.
- O balanço ambiental tem por finalidade demonstrar, em valores monetários, o desempenho da atitude da empresa que possa vir a ocasionar impactos ambientais, assegurando a identificação dos custos, ativos e passivos ambientais estando em harmonia com os princípios contábeis.
- Notas explicativas são informações sobre as demonstrações contábeis para as pessoas interessadas, tais como, clientes internos e externos e para toda a comunidade. As notas explicativas ambientais não são diferentes, apenas demonstram as informações sobre as demonstrações contábeis ambientais e seus critérios.

2.8 RELATÓRIOS AMBIENTAIS

O Relatório de Responsabilidade Ambiental constitui-se em um importante instrumental analítico para a tomada de decisões pelas partes interessadas, oferecendo uma ampla visão da empresa por meio de informações relevantes, tanto qualitativas como quantitativas, e permitindo,

além de mensurar o grau de responsabilidade ambiental, apresentar as práticas ambientais dessas organizações com relação às políticas, à gestão, aos indicadores de desempenho e ao cumprimento das disposições legais e regulamentares possibilita, também analisar a potencialidade dos riscos ambientais decorrentes das atividades da empresa e as medidas adotadas para prevenir sua ocorrência.

- **GRI - Global Reporting Initiative**

O Relatório de Sustentabilidade a GRI – Global Reporting Initiative, é uma ampla rede independente composta por milhares de indivíduos e organizações distribuídos em mais de 30 países e com sede em Amsterdan - Holanda. No Brasil, a GRI conta com a parceria da UniEthos e do núcleo de estudos em sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. A GRI é também um núcleo oficial de colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Para a gestão corporativa da empresa, o relatório pode representar o diagnóstico dos pontos fortes e fracos de seu desempenho socioambiental, e assim, uma oportunidade de inovação e melhorar o andamento da entidade. O relatório GRI é a oportunidade de transparência, melhoria da imagem e o aumento da fidelidade, motivação e compromisso de seus diferentes stakeholders (funcionários, colaboradores, fornecedores, acionistas e investidores). Apesar de não ser uma certificação e sim um processo voluntário e interno da empresa, os benefícios da elaboração e divulgação do Relatório de Sustentabilidade pela GRI são bastante parecidos.

As contribuições fornecidas pelo GRI têm sido elogiadas por diversos autores. Exigindo desde informações sobre impacto ambiental da atividade da empresa até avaliações qualitativas do resultado dos investimentos sociais. Este modelo está sendo considerado o menos suscetível a tendências, fornecendo às organizações que o adotam indicadores não enviesados para que sejam incluídos no seu Relatório Social, dando maior garantia referente à independência do relatório e dando-lhe uma credibilidade adicional.

O modelo do GRI apresenta de forma integrada o desempenho sob as perspectivas econômica, ambiental e social da organização. Ele busca o equilíbrio nas complexas relações atuais entre estas três perspectivas de modo a não comprometer o desenvolvimento futuro e alcançar a sustentabilidade, daí o termo “relatório de sustentabilidade” para designar este relatório. A adoção das Diretrizes do GRI poderá ocorrer de forma gradual, através de uma “adesão informal”, iniciando com a adesão parcial aos princípios e/ou ao conteúdo das Diretrizes e progressivamente alcançando um nível mais completo de adesão, o qual poderá chegar a um relatório “de acordo com” as Diretrizes, que ocorre quando são seguidas estritamente as recomendações do GRI, atingindo o ideal de maximizar a comparabilidade entre relatórios através de procedimentos comuns para a sua elaboração (GRI, 2002, p. 13 e 14).

Os indicadores de desempenho do GRI são organizados de forma hierárquica, por categoria, aspecto e indicador, agrupados em três grupos: econômico, ambiental e social. O quadro a seguir fornece uma visão geral da estrutura dos mesmos. De acordo com (GRI, 2002).

CATEGORIA ASPECTOS ECONÔMICA – Impactos econômicos diretos: Clientes, Fornecedores, Funcionários, Investidores Setor público.

AMBIENTAL - Impactos ambientais.

Materiais Energia, Água, Biodiversidade, Emissões e resíduos, Fornecedores, Produtos e serviços, Adequação à legislação, Transporte, Total.

SOCIAL - Práticas trabalhistas.

Emprego, Relações com funcionários, Saúde e segurança, Treinamento e educação, Diversidade e oportunidade,

-Direitos humanos.

Estratégia e gestão, Não-discriminação, Liberdade de associação e de negociação coletiva, Trabalho Infantil, Trabalho forçado e compulsório, Procedimentos disciplinares, Procedimentos de segurança Direitos indígenas.

-Sociedade; Comunidade, Suborno e corrupção, Contribuições políticas, Competição e política de preços.

-Responsabilidade sobre produtos e serviços, Saúde e segurança dos consumidores, Produtos e serviços, Propaganda, Respeito à privacidade.

Dentro de cada uma das três dimensões mostradas existem diversos indicadores de desempenho, que por sua vez são classificados em: essenciais e adicionais. Os indicadores essenciais foram assim classificados por apresentarem duas características: serem relevantes para a maioria das organizações relatoras e por serem importantes para a maioria das partes interessadas (GRI, 2002, p. 12).

- **ISE- Índice de Sustentabilidade Empresarial**

E para completar o grupo de demonstrações e relatórios que ajudam no feedback do impacto ambiental produzidos pelas empresas, existe também a (ISE) Índice de Sustentabilidade Empresarial que mensura o retorno total de uma carteira teórica composta por ações de empresas reconhecendo o comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial. Busca também criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

O ISE procura analisar a parte comparativa da performance das empresas listadas na BM & FBOVESPA sob no que diz respeito a sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. No Brasil essa tendência já teve início, e há expectativa de que ela cresça e se consolide rapidamente.

3 GESTÃO AMBIENTAL

A ONU define (CGA) Contabilidade de Gestão Ambiental como, uma abordagem combinada que facilita a transição de informação da contabilidade financeira e da contabilidade de custos para aumentar a eficiência de materiais, reduzirem o impacto e o risco, e reduzir custos de salva guarda ambiental.

A contabilidade de gestão ambiental pode proporcionar grandes reduções de custos na gestão de resíduos, dado que os custos de manuseio e de deposição de resíduos são relativamente fáceis de definir e de imputar a produtos específicos. Segundo a EPA (2002) a contabilidade de gestão ambiental:

- Focaliza os custos internos à companhia;
- Não inclui custos externos à contabilidade para custos ambientais;
- Dá ênfase particular à contabilidade para custos ambientais;

Sua informação pode ser usada para a maioria dos tipos de atividade ou na tomada de decisão da gerência dentro de uma organização, mas é particularmente útil para atividades ambientais pró-ativas da gerência.

- **BENEFÍCIOS DA GESTÃO AMBIENTAL**

Atualmente os clientes estão cada vez mais informados e predispostos a comprar e usar produtos politicamente corretos, ou seja, que respeitem o meio ambiente. Temos, portanto, vantagens para a natureza e para a organização que se preocupa com este fato, ou seja, os benefícios da aplicação de uma (GA) Gestão Ambiental.

- **IMPACTOS AMBIENTAIS E A APLICAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL**

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) considera impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas de meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem - estar da população, das atividades sociais e econômicas; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos naturais.

Desta forma, chegamos a GA e o papel do contador, onde este profissional possui a tarefa de demonstrar para a organização que é mais viável aplicar recursos, investimentos em estações de tratamentos de efluentes sólidos e líquidos, equipamentos de controle da poluição, programas de reflorescimento e reabilitação paisagística, entre outros, pois todos estes investimentos que representam a primeira vista um custo demonstram, na verdade, uma inteligente tomada de decisão com um grande ganho econômico, financeiro e social.

4 ISO 14000

A ISO é uma Organização Internacional fundada em 1946 para desenvolver padrões de manufatura, do comércio e da comunicação, tais como linhas padrão do parafuso, tamanhos do recipiente de transporte, formatos de vídeo, etc. Estes padrões são para facilitar o comércio internacional aumentando a confiabilidade e a eficácia dos bens e serviços. A ISO 14000 segue séries dos padrões que consistem em dois tipos de padrões:

- **Padrões da organização**- que podem ser usados para executar e avaliar o sistema de gerência ambiental (EMS) dentro de uma organização, incluindo a ISO 14010 séries de padrões de auditorias ambientais e a ISO 14030 série dos padrões para a avaliação de desempenho ambiental.

-**Sistemas de gerência ambientais** - Os padrões do EMS incluem uma especificação e uma guia. O original da especificação é consultado como a ISO 14001 (Sistemas de Gerência Ambientais – especificações como orientação para o uso). A ISO 14001 é o único padrão na série inteira a que uma organização pode ser registrada. O original do guia é consultado como ISO 14004 (Sistema de Gerência Ambiental – guias gerais em princípios, sistemas e técnicas). Sua intenção é ajudar a organização a desenvolver e executar um EMS que se encontre com as especificações da ISO 14001. São pretendidos para o uso como uma ferramenta de gerência e não uma certificação ou um registro voluntário, interno.

A gestão ambiental adotado pela série ISO 14000 utiliza princípios como:

- Definir Políticas

- Planejar
- Executar
- Controle
- Avaliação e Críticas

Sua estruturação se dá através de programas que possuem as atividades a serem desenvolvidas, sua seqüência e os responsáveis pelas atividades realizadas, visando a melhoria contínua do processo de produção, abrangendo os aspectos ambientais mais relevantes e que possa ser controlados pelas organizações. Pode vir a ser aplicado em qualquer empresa interessada em adotar uma política ambiental.

5 SGA - SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Para a institucionalização da função GA na organização, é preciso ressaltar algumas condições ou princípios em que ela deverá se basear. São as etapas de um SGA, apresentadas sob a forma de princípios:

Política do Ambiente é a posição adotada por uma organização relativamente ao ambiente. A elaboração e definição desta política é o primeiro passo a dar continuidade ao SGA, resultando numa espécie de comprometimento da organização para com as questões do ambiente, numa tentativa de melhoria contínua dos aspectos ambientais.

Planejamento - O sucesso de um bom SGA, tal como acontece com muitas das medidas que queremos que sejam tomadas com sucesso, requer um bom planejamento. Deve-se começar por identificar aspectos ambientais e avaliar o impacto de cada um no meio ambiente. Por aspectos ambientais entende-se, por exemplo, o ruído, os resíduos industriais e as águas residuais.

Implementação - As regras, responsabilidades e autoridades devem estar definidas, documentadas e comunicadas a todos, por forma a garantir a sua aplicação. A gestão deve providenciar os meios humanos, tecnológicos e financeiros para a SGA complementar e controlar o sistema. O responsável pela gestão ambiental deverá garantir que o SGA seja estabelecido,

documentado, implementado e mantido de acordo com o descrito na norma e que à gestão de topo seja transmitida com eficiência e eficácia do mesmo.

Verificação e ações corretivas - A organização deve definir estabelecer e manter procedimentos de controle e medida das características dos seus processos para que não tenham impacto sobre o meio ambiente. Do mesmo modo, a responsabilidade pela análise de não conformidades e pela implantação de ações corretivas e preventivas deve estar devidamente documentada, bem como todas as alterações

Revisão pela direção - Cabe à direção, com uma frequência definida por ela própria, rever o SGA e avaliar a adequabilidade e eficácia do mesmo, num processo que deverá ser devidamente documentado. A revisão pela direção deve ter em conta a possível necessidade de alterar a Política do Ambiente, objetivos e procedimentos, como resposta a alterações organizativas, melhorias contínuas e modificações externas.

Após todo este processo que deverá ser acolhido de braços abertos por toda a estrutura organizacional e em especial pela gestão, a organização deverá estar em condições de proceder à respectiva certificação do seu SGA por uma autoridade independente e externa.

6 METODOLOGIA

O método do trabalho de conclusão de curso utilizado para alcançar os objetivos é do tipo dedutivo, e a pesquisa se fundamentou em buscar novos conhecimentos que é de grande importância para o trabalho, levou em consideração a forma de abordagem do problema mencionado de forma qualitativa. Para um melhor entendimento foi usado o método de pesquisa explicativa juntamente com o método aplicada. Para um suporte maior no trabalho de conclusão de curso foi utilizado à pesquisa bibliográfica e documentos oficiais que abrange um campo de pesquisa fundamental para o trabalho. A identificação e a divulgação das informações contidas neste trabalho buscaram contribuir com a sociedade, tentou fornecer possíveis soluções para os problemas sociais, contando com a contabilidade como meio

de fornecer informações, e respondendo o desafio proposto, satisfaz os usuários interessados na atuação das empresas e o meio ambiente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil vive uma realidade social preocupante, o nível de educação é baixo, a população é carente em vários aspectos e, da mesma forma como no resto do mundo, o Governo não é capaz de sozinho reverter esse quadro. Nesse aspecto o desenvolvimento da consciência empresarial sobre sua responsabilidade social é essencial para mudar este quadro.

Por outro lado, os recursos naturais são limitados e esgotáveis e o descaso com que estes recursos foram tratados ao longo de séculos, onde se priorizava a idéia do aumento constante na produção econômica em detrimento da natureza e do ser humano agravou a situação atual. Apesar de grande integração de conceitos entre a contabilidade gerencial e a ambiental, a aplicação prática da ambiental esbarra na dificuldade de mensurar e evidenciar os valores e transações ambientais de forma precisa.

Pensando nisso, o BS desempenha o papel na análise desse instrumento sendo possível verificar o comprometimento da empresa com a responsabilidade social, empresas cujo foco é a análise da responsabilidade social apresenta dados com informações qualitativas e quantitativas, que permitem a análise de seus investimentos na área social e ambiental por parte dos usuários interessados. Muitas empresas ainda apresentam seus balanços sociais com a finalidade única do *marketing*, omitindo os dados desfavoráveis à empresa. Mas, mesmo com essa omissão, a elaboração do BS pode ter um aspecto positivo, pois permite a empresa visualizar as suas deficiências, tomando consciência de sua realidade.

A gestão dos custos ambientais em face de todo o exposto se faz vital para a continuidade das empresas na atualidade e no futuro, sejam através do SGA financeira / gerencial ou de qualquer outro controle do meio ambiente diretamente ligado as atribuições da empresa em estudo. Fica evidente, que para o sistema de controle trazer resultado, há necessidade de um profundo conhecimento da empresa, de suas atribuições e dos processos produtivos.

Somente com o efetivo reconhecimento da importância do papel da empresa perante seus colaboradores diretos, e pela sociedade como um todo é que ficará possível retratar o meio ambiente como parte integrante e de suma importância, para que, a mesma possa respeitar o princípio da contabilidade

gera – princípio da continuidade – mantendo-se em atividade por tempo indefinido sem causar danos ao meio ambiente, e tendo possíveis retornos da contabilidade ambiental.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **AMBIENTE BRASIL: Sistema de Gestão Ambiental.** Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/> Acesso em 15 de out 2012.
- **ANTUNES, Jussy A. N. Contabilidade Ambiental: Atuação do contador na área ambiental, sua responsabilidade e FORMAÇÃO NA REGIÃO OESTE.** 2008. Monografia de Ciências Contábeis Colegiado de Ciências Contábeis, Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB.
- **ARAGÃO, Joana Paula Avelino da Silva. O balanço social como condição necessária ao crescimento sustentável das empresas.** (monografia) Faculdade Lourenço Filho. Fortaleza-CE , 2010.
- **BELTIVAN, Alves. Responsabilidade Social e desenvolvimento sustentável; um estudo de caso nos maiores supermercados no município de Barreiras - BA.** 2008. Monografia (conclusão de curso) - Colegiado de Ciências Contábeis, Faculdade São Francisco de Barreiras - FASB, BARREIRAS.
- **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (BRASIL) - Atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências/ DECRETO-LEI N. 9.295 – DE 27 DE MAIO DE 1946.** Disponível em: www.crc.org.br Acesso em 02 de set 2012.
- **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC).** Resolução CFC nº 1.003 de 19 de agosto de 2004, que aprova a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: http://cfcspw.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login. Acesso em: 26 nov. 2012.
- **EPA - ENVIRONMENTAL AGENCY PROTECTION. An introduction to Environmental accounting as Business management tool: Key concept and terms.** Washington D.C, June 1995. Disponível em: www.epa.gov. Acesso em 18 out de 2012.
- **FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade Ambiental: Uma informação para o Desenvolvimento Sustentável – 2 ed.** São Paulo: Atlas, 2006.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. **Normas e Procedimentos de Auditoria – NPA n. 11**: estabelece os liames ente a Contabilidade e o meio ambiente. Balanço e Ecologia. São Paulo, 1996. Disponível em www.lume.ufrgs.br Acesso em 26 nov 2012.
- IUDICÍBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**, São Paulo; Atlas, 1980.
KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável**. Disponível em: http://www.ambientebrasil.com.br/gestao/des_sustentavel.doc Acesso em: 05 de out de 2012.
- Paiva, R.P. **Contabilidade Ambiental. Evidenciação dos gastos ambientais com ROCCO, R. Legislação Brasileira do meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- SANTOS, André Ricardo Ponce, et al. **CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA CONTÁBIL A SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL**. Faculdade Salesianas de Lins e Universidade Metodista de Piracicaba (Trabalho de Pesquisa).